


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0000223-79.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**  
 Requerente: **LUCILENE APARECIDA FELIPPE PAZATTO**  
 Requerido: **SONIA MEIRE DA SILVA**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput,  
 parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à  
 imediata prolação da sentença,

**DECIDO.**

Cuida-se de ação em que a autora pretende o  
 ressarcimento dos prejuízos experimentados pelos danos causados em seu veículo, em decorrência  
 de abaloamento na lateral do seu veículo causado pela ré, no dia 26 de dezembro de 2014.

A ré, em contestação apresentada na audiência de  
 tentativa de conciliação, não refutou sua responsabilidade pelo acidente trazido à colação,  
 limitando-se a tão-somente impugnar o valor almejado pela autora.

Todavia, a ré não impugnou de forma concreta os  
 orçamentos ou declinou com clareza em que aspectos eles teriam contemplado montante superior  
 ao que seria supostamente devido, ou seja, não bastava a ré simplesmente impugnar o valor  
 postulado, mas lhe tocava fazê-lo de maneira específica.

Em suma, a ré não fez prova consistente de suas  
 alegações, não se desincumbindo do ônus que lhe impunha o art. 333, inc. II, do Código de  
 Processo Civil.

**0000223-79.2015.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

O quadro delineado mostra-se suficiente para a decisão da causa, não necessitando da produção de outro tipo de prova qualquer, pois, é incontroverso o evento danoso suportado pela autora.

A pretensão deduzida há de ser acolhida, pois.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagarem ao autor a quantia de R\$ 740,00, acrescida de correção monetária, a partir de janeiro de 2015 (época do orçamento de fl. 4), e de juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 19 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**